
FORMAS DE ACESSO E PERMANÊNCIA ESCOLAR DE JOVENS E ADULTOS TRABALHADORES DO CAMPO: UMA ANÁLISE DE ENSINO MEDIADO EM BENJAMIN CONSTANT/AM.

Elisa Bitencourt de Lima. E-mail: elisabitencourt20@gmail.com¹

Jarlaine da Silva Ferreira. E-mail: jarlianeferreira@ufam.edu.br²

Ismael Carlos da Silva Pereira. E-mail: ismaelbc1982@gmail.com³

¹Aluna do curso de Pedagogia do Instituto de Natureza e Cultura da Universidade Federal do Amazonas.

²Professora Adjunto IV do Instituto de Natureza e Cultura da Universidade Federal do Amazonas.

³Aluno do curso de Pedagogia do Instituto de Natureza e Cultura da Universidade Federal do Amazonas.

RESUMO

Este artigo trata da apresentação dos resultados obtidos com a pesquisa realizada no contexto do Projeto de Iniciação Científica do Instituto de Natureza e Cultura - PIBIC/INC/UFAM, no qual traz uma análise sobre a implantação do Programa Ensino Médio Presencial com Mediação Tecnológica (PEMPMT), com foco na temática das condições de acesso e permanência escolar de jovens e adultos no programa em estudo. A pesquisa foi realizada a partir da incursão em duas escolas públicas, indígena e não indígena (uma localizada na sede da cidade e outra na área rural) do estado que ofertam o PEMPMT e de realização de entrevistas com alunos e professores das turmas do EMT e coordenador geral do programa. A pesquisa seguiu os passos da abordagem qualitativa, por meio de observações e entrevistas com estudantes e professores. A pesquisa mostrou que as turmas da PEMPMT são diferenciadas por receberem jovens e adultos trabalhadores que residem no campo, ou em aldeias ao longo da região. Eles saem à noite de suas casas e vão buscar um direito que por tempos lhes foi negado, o direito à etapa do ensino médio, dando a eles possibilidades de futuramente ingressarem na educação superior.

Palavras-chave: Acesso e permanência; Jovens e adultos; Ensino Médio; Mediação Tecnológica.

RESUMEN

Este artículo es referente a la presentación de los resultados obtenidos con la investigación realizada por intermedio del *Projeto de Iniciação Científica* do Instituto de Natureza e Cultural-PIBIC/INC/UFAM, en éste hacemos un análisis acerca de la implantación del *Programa de Ensino Médio com Mediação Tecnológica (PEMPMT)*, con énfasis en la temática de las condiciones de acceso y permanencia de los jóvenes y los adultos del programa en investigación. La investigación se realizó a partir de la incursión en dos escuelas públicas, indígena y no indígena (una situada en la sede de la ciudad y otra en la zona rural), del estado que ofrecen el PEMPMT y de realización de las entrevistas junto a los alumnos y profesores de las clases del *Ensino Mediado Tecnológico* y de la coordinación general del programa. La investigación siguió los pasos del abordaje cualitativo, por medio de observaciones y entrevistas con estudiantes y profesores. La investigación mostró que las clases de PEMPMT se diferencian al recibir jóvenes y adultos trabajadores que residen en el campo o en aldeas a lo largo de región. Los participantes salen por la noche de sus hogares y van en búsqueda de sus derechos, que durante mucho tiempo les fue negado, el derecho a la enseñanza secundaria, dándoles la posibilidad de ingresaren futuramente en la educación superior.

Palabras-clave: Acceso y permanencia; jóvenes y adultos; Enseñanza Secundaria; Mediación Tecnológico.

1 INTRODUÇÃO

O Estado do Amazonas, cuja prioridade é a garantia da oferta do ensino médio, conforme Constituição Federal (1988) e Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN, 1996), tem implementado ao longo dos municípios, programas de elevação de escolaridade em nível médio, a partir de formação de turmas de ensino médio por mediação tecnológica, ou seja, são turmas diferenciadas que recebem jovens e adultos trabalhadores que residem no campo, e que geralmente não têm acesso às últimas etapas da Educação Básica, por não terem condições de estudar na sede da cidade, já que na comunidade muitas vezes as escolas ofertam da educação infantil aos anos finais.

Esse processo possibilita o aumento do tempo de escolaridade para os jovens e adultos que trabalham e residem nas áreas rurais do país, que por falta de implementação de políticas públicas eficientes não tiveram chances reais de acessar nem tão pouco permanecer na escola. A partir desse programa, muitos sujeitos do campo retornam aos bancos escolares e têm chances de posteriormente acessar o ensino superior.

São histórias de superação, desafios que permeiam esse processo de acesso e permanência desses sujeitos. Por outro lado, alicerçada na concepção equivocada desses sujeitos, ainda prevalece um tratamento subalterno a essas populações, há uma compreensão errônea de que os agricultores familiares são mercedores de políticas assistencialistas ou ausência delas, no sentido que não necessitam de escolarização, uma vez que lidam com a terra, água e floresta.

Segundo Ferreira (2010), essa visão estereotipada contribui mais para empobrecer do que para qualificar e aprofundar o debate sobre essa realidade, ocorrendo um certo silenciamento, tanto no ponto de vista de implementação de políticas públicas, quanto de pesquisas realizadas.

Nesse bojo, também é essencial o entendimento da nova política da educação do campo (CALDART, 2002; HAGE, 2014), pois, contribui para a compreensão da realidade do ensino em desenvolvimento na área rural da

região e as formas de acesso e permanência de jovens e adultos trabalhadores no campo.

Conforme percebeu-se que os professores presenciais estão em sala de aula para realizar atribuições técnicas e relativas às atividades pedagógicas, além de serem responsáveis pela funcionalidade do Projeto no dia a dia da sala de aula. Também desempenham ainda atribuições que vão desde o funcionamento dos equipamentos de recepção das aulas até o acompanhamento das demais atividades inerentes ao cotidiano de uma sala convencional, mesmo quando os alunos não comparecem.

A partir dessa pesquisa, realizou-se um mapeamento das escolas do campo no município de Benjamin Constant no Alto Solimões que oferecem o ensino médio tecnológico, verificando, por meio de duas escolas, as formas de acesso e permanência de jovens e adultos trabalhadores do campo.

Realizaram-se várias leituras e fichamentos de diferentes textos que tratam da educação do campo e ensino médio tecnológico e populações do campo. Além de fazer a incursão em duas escolas que ofertam o ensino médio pelo PEMPMT, na qual foram obtidas entrevistas com alunos das turmas observadas e o coordenador geral do programa no município de Benjamin Constant, com objetivo de entender os desafios enfrentados pelos jovens e adultos do campo no acesso e permanência a esta etapa de ensino.

1 A EDUCAÇÃO ESCOLAR NO CAMPO- ACESSO E PERMANÊNCIA

A Educação do Campo é a luta popular pela ampliação, acesso, permanência e direito à escola pública de qualidade pelas populações que residem e trabalham nesses espaços. Ou seja, a educação escolar como um direito social e garantido como uma política pública. Para uma melhor compreensão isso significa dizer que *no campo*: as pessoas têm direito a ser educadas no lugar onde vivem; e *do campo*: o povo tem direito a uma educação pensada desde o seu lugar e com a participação, vinculada a sua cultura e suas necessidades humanas e sociais (CALDART, 2010).

As Diretrizes Operacionais para as Escolas do Campo (Res. n. 01/2002) estabelecem em seu art. 3º que o Poder Público deve garantir a universalização do acesso da população do campo à educação básica. No entanto, os índices ainda são preocupantes quando tratamos da educação escolar oferecida em contextos rurais indígenas e não indígenas pelo país, principalmente no que tange à etapa do ensino médio no campo. Se forem verificados os números da população residente pelo total de matrícula, ver-se-á o quanto o ensino ainda está longe para boa parte da população, principalmente para os menos favorecidos, incluindo a população da área rural. Em 2013, segundo dados do INEP, na Educação Básica, no ensino regular havia 50.042.448 alunos matriculados no país, destes 44.071.907 estavam na área urbana e, 5.970.541 na zona rural.

Na população de 0 a 3 anos, acesso à educação escolar ainda é preocupante. Das 10.553.268 crianças, apenas 2.730.119 têm acesso à creche (INEP, 2014). No Ensino Médio, da população de 15 a 17 anos, estão matriculados pouco mais de 8 milhões, em uma população de 10.444.705 em todo país. Esses números são mais preocupantes se analisar a área rural (FERREIRA, 2018).

O Censo da Educação Superior (2017) revelou 164 mil vagas remanescentes na rede pública. Desse total, 99 mil são vagas em universidades federais e 70% delas não foram preenchidas, impedindo que um grande universo de estudantes frequente uma universidade.

Outro fator que tem gerado os baixos índices vivenciados pelas escolas do campo referente ao fracasso escolar discutido por muitos teóricos situa-se na falta de conexão entre o mundo da escola e os reais interesses dos povos que vivem no campo, causando reprovações, abandono escolar e distorção idade-série, por mais que a Resolução N° 1, de 03 de abril de 2002, art. 2 aponte para princípios e procedimentos que visam adequar o projeto institucional das escolas do campo às intencionalidades e a participação da comunidade nos processos de decisão.

Nesse sentido, as escolas da educação básica do campo indígena e não indígena devem atender

às reais intencionalidades de seus sujeitos. Ou seja, a participação da comunidade nas tomadas de decisão é fundamental. Nesse caminho, os pais, os alunos, os funcionários, os comunitários, as lideranças devem ser convocadas para decidir os rumos e a missão escolar.

Frente a esses desafios da escola do campo, várias reivindicações foram sendo realizadas a fim de implementar programas e projetos que garantam o acesso e permanência da população que reside e trabalha no campo. Nesse sentido, o Programa Ensino Médio Presencial com Mediação Pedagógica - PEMPMP no Estado do Amazonas foi criado em 2007 com objetivo de atender alunos da zona rural e urbana, da capital e do interior. Para a funcionalidade do programa, este deve conter alguns equipamentos tais como um computador com teclado e mouse, um estabilizador/nobreak, webcam, microfone, impressora, TV de LCD 42", conectada ao sinal de internet, possibilitando contato em tempo real entre professores e alunos.

2 ALGUNS RESULTADOS

O programa PEMPMT funciona através de mídia pelo IPTV transmissão em tempo real com professores que estão no centro de mídias na capital Manaus. Sua matriz curricular estipula 200 dias letivos, com uma carga horária total de 3.000 h presenciais. O professor que atua na capital é denominado Professor Ministrante, responsável pela elaboração, planejamento e por ministrar os componentes curriculares, desenvolver atividades práticas e tirar dúvidas dos alunos. Há, também, o Professor Presencial que está lotado diretamente nas escolas, sua atribuição é desenvolver o papel de mediador e facilitador. Esse professor deve ter formação em nível superior em qualquer área, com responsabilidades de orientar os alunos em sala de aula, estar presente diariamente na classe, controlar a frequência dos alunos, acompanhar o aprendizado, aplicar provas, preparar os recursos tecnológicos para a transmissão das aulas diariamente (NASCIMENTO, 2017).

Segundo Nascimento (2017), o formato do ensino mediado por tecnologia não é um

formato convencional, a sua metodologia possui algumas características da Educação a Distância (EaD), onde professores e alunos estão separados temporalmente, podendo fazer uso de aulas síncronas e assíncronas, mediada por um professor ministrante e acompanhada presencialmente por um professor que fica na sala de aula com os alunos.

Segundo Nascimento (2017), todos os municípios do Amazonas já oferecem o programa. Em pesquisa de campo realizada, constatamos que o programa está implantado em Benjamin Constant em 13 escolas, sendo uma na sede que funciona na Escola Estadual Profa. Rosa Cruz e 12 nas comunidades rurais indígenas e não indígenas. Nessas escolas estão matriculados 208 alunos, segundo dados obtidos em 2018.

O ensino com mediação tecnológica é um paradigma educacional criado para atender os estudantes, tanto da área rural da capital, quanto das áreas rurais e sedes dos municípios do Estado, uma vez que antes da sua implantação essas populações residentes nessas localidades enfrentavam extrema dificuldades para o acesso escolar, chegando a cursar somente até o 9º ano.

O Programa é organizado a partir da Proposta Pedagógica Curricular do Centro de Mídias de Educação do Amazonas, a qual tem como objetivo: “Oferecer aos estudantes, ensino de qualidade, com desenvolvimento de competências, habilidades e autonomia intelectual, com base nos princípios pedagógicos da pesquisa, trabalho, ciência, cultura e tecnologias, como resposta efetiva às demandas da sociedade contemporânea” (2015, p. 9).

Assim, o Programa destinado ao Ensino Fundamental, Ensino Médio e Educação de Jovens e adultos tem sua Proposta Pedagógica reconhecida pela Resolução nº. 077/2013 do Conselho Estadual de Educação do Amazonas-CEE/AM. O programa apresenta sua organização sob as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio e nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica.

2.1 QUEM SÃO ESSES JOVENS E ADULTOS SUJEITOS DO PEMPMT?

De acordo com os estudos de Nascimento (2017), houve um aumento considerável de alunos matriculados nesse programa nos últimos anos. Em 2007, quando o programa foi implantado no Estado do Amazonas, faziam parte do programa 47 municípios e em 2014, houve total alcance de todos os 62 municípios do estado, totalizando 29.371 alunos matriculados em todo o estado do Amazonas, entre o campo e a cidade.

Os jovens e adultos do programa são homens e mulheres, jovens, adultos e idosos que frequentam as aulas, todas as noites e saem de suas casas ou de seus trabalhos para frequentar a escola.

Os da sede da cidade são na maioria residentes nos bairros afastados. Uma aluna de 42 anos caminha muitas horas para chegar à escola, quando consideramos também o tempo que caminha em seus itinerários para além da escola.

Além do cansaço, você tem que fazer um esforço porque eu saio 15 para as 06 de casa aí vou caminhando pro meu trabalho, eu saio às 17h, chego em casa às vezes às 18h, só é tirar blusa de cima e vestir a blusa de farda e vir pra escola, fazer de tudo pra vir né? Então a gente acaba desistindo, mas essa aí é minha vontade de terminar e ainda enfrentar uma faculdade, que eu já disse que eu vou e vou fazer (Aluna A, 42 anos. Pesquisa de campo, 2018).

Para Arroyo (2017), “os moradores mantidos às margens das cidades, dos campos, às margens da sociedade, da renda, do trabalho, do espaço” (p. 33), geralmente são esses sujeitos que constituem os espaços das turmas de escolarização de jovens e adultos. São sujeitos que foram excluídos dos processos de educação formal, constituindo a *educação dos periféricos*.

2.2 As escolas campo da pesquisa

A Escola Estadual Rosa Cruz oferece uma turma do PEMPMT, no turno noturno, e oferece a etapa dos anos iniciais pela manhã e tarde. É uma escola mantida pelo Governo do Estado. Na turma do PEMPMT estão matriculados 12 alunos, destes frequentam geralmente entre 8 a 10 alunos, segundo a

professora/monitora. A escola oferece condições ideais para o programa. É uma escola em alvenaria, climatizada, com sala de informática, biblioteca, quadra de esportes, refeitório, cozinha e banheiros suficientes para os alunos. É uma escola considerada referência para a população local. Na turma observada, há espaço e mobília suficiente para os alunos. A sala é bem iluminada e climatizada. Há uma TV digital, conectada à internet, tamanho 42', com som adequado para as tele aulas e microfone para a interação e tira dúvidas com os professores titulares e as outras turmas.



Imagem 01: Turma de Benjamin Constant/AM. Pesquisa de campo, 2018.

A Escola Municipal Indígena Porto Cordeirinho é mantida pela Prefeitura Municipal de Benjamin Constant, e está localizada na área rural da cidade, em uma aldeia indígena tikuna com mesmo nome da escola. A escola é em alvenaria e oferece as etapas da educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental pela manhã e tarde. Esta escola não dispõe das mesmas condições da outra escola estadual. Não há quadra de esportes, nem biblioteca e sala de informática. A sala de aula atende 30 alunos matriculados. A sala não é climatizada e a iluminação não é suficiente para o desenvolvimento das atividades. Há uma TV de 42', conectada à internet, com som, mas com microfone com defeito, então os alunos e professores não conseguem tirar as dúvidas nem interagir com outras turmas e o professor titular que fica na capital.



Imagem 02: Escola Municipal Indígena Porto Cordeirinho de Benjamin Constant/AM. Pesquisa de campo, 2019.

De acordo com as entrevistas, constatamos que todos os alunos são do estado do Amazonas, mais precisamente da região do Alto Solimões (Benjamin Constant e Santo Antônio do Içá. Ao questionarmos sobre a trajetória de escolarização, os motivos pelos quais desistiram e os desafios enfrentados surgiram as seguintes respostas:

Da minha desistência, porque eu não tinha condições de estudar, eu tinha que trabalhar aí eu escolhi entre o trabalho, então desisti (Aluno 01).

Desisti porque era difícil quando eu morava na comunidade. E era num igarapé e nessa época era difícil estudo, escola, professores e aí os professores ficavam até meio ano e não aguentavam andar pelo varador (Aluno 02).

Olha a minha ausência de aula é que comecei estudar com a idade de 06 anos, quando foi na época que minha mãe faleceu [...] Aí eu voltei a estudar quando eu fui pra casa do meu tio em Santo Antônio do Içá, aí eu estudei um ano, dois anos lá, eu cheguei a concluir o terceiro ano naquele tempo, aí chegou a comitiva do exército, aí eu ingressei sabe, por lá eu ainda estudei parece que um ano, aí também eu parei e eu voltei a estudar agora em 2013 (Aluno 03).

A minha situação é o seguinte, eu tinha uma dor de cabeça e, quando doía eu gritava de dor, então eu saía da sala e ia embora chorando. Aí eu fui no médico e ele falou pra mim estudar um ano e parar outro, mas eu não fiz como ele falou pra mim, eu estava estudando um ano e parava dois e assim eu fui até a 5ª série na época, então eu cheguei a uma conclusão e falei pra minha que eu não ia mais estudar, só iria se tivesse uma solução pra essa dor de cabeça, aí me deram um remédio que acabou a dor de cabeça. (Aluno 04).”

É possível perceber nos relatos uma grande dificuldade em permanecer na escola por falta

de acesso, à distância, à necessidade de desde cedo trabalhar para manter a família (já que muitos constroem famílias cedo e se distanciam dos estudos por determinado tempo e quando retomam os estudos as idades já estão avançadas), a falta de apoio dos familiares, e casos envolvendo a saúde de alguns estudantes. Respostas pelas quais ficam evidentes os motivos que os fizeram desistir de estudar enquanto estavam mais novos. Ao perguntar por que voltaram a estudar, os alunos relataram:

Voltei a estudar por causa dos meus dois filhos, porque é um desafio muito grande você ter filhos e chegar uma tarefa e você não saber responder, esse foi meu desafio pra voltar estudar (Aluno 01).

Porque tinha vontade desde criança, mas como eu não consegui de pequena, eu voltei com a idade (Aluno 02).

Porque eu tinha vontade, aí eu já sabia ler e escrever um pouco, assinar o nome, como eu precisei pra onde eu trabalho que é na escola, aí foi o jeito encarar, mas eu estou bem feliz porque eu aprendi mais e sei que vou conseguir mais um objetivo na minha vida (Aluno 03).

Um dia chegou um rapaz dizendo que estavam matriculando pra alfabetização e me perguntou até que série eu tinha estudado e eu respondi. Então ele perguntou se eu queria voltar a estudar e disse que sim, aí eu voltei, e olha que eu só meio ruinzinho pra estudar, eu sou inteligente pra tudo menos pra estudar, por isso que ainda não terminei (Aluno 04).

Percebe-se que os alunos demonstram grande interesse pelos estudos, a necessidade, e vontade de aprender a ler e escrever os levaram a voltar a estudar. Além dos mesmos terem muitos objetivos a alcançar, força de vontade para almejar reconhecimento e saber, para que se articulem se organizem e assumam a condição de sujeitos da direção de seu destino. Porém, as problemáticas enfrentadas atualmente mostram as principais dificuldades vivenciadas para a permanência na escola:

Hoje é a ajuda que a gente não tem na sala de aula da professora, por que eu entendo e eu sofro pelo meus colegas que não entende né, eu entendo, eu sou a única que entendo, eu sou a única que respondo, sou que única que faço, e eles não. E isso aí está me prejudicando muito [...] (Aluno 01).

Sinto dificuldade pra vim pra aula porque eu moro numa área assim que quando chove, a água desce pra baixo, aí fica difícil de vim por causa da chuva (Aluno 02).

Olha, eu só não fico gostando muito das bagunças dos colegas porque atrapalha o entendimento (Aluno 03).

Eu moro ali perto do sinal, perto do Bradesco a distância não chega a ser uma dificuldade pra vir pra escola, então eu não tenho muitos problemas pra estudar graças a Deus (Aluno 04).

As queixas dos alunos, concernentes às chuvas, a ausência de explicação do professor presencial para tirar as dúvidas presentes e falta de disciplina de alguns alunos interferem negativamente na aprendizagem e possível continuidade em seus estudos. Os sujeitos também apontam para a vantagem de estudar nesta modalidade de ensino:

A vantagem assim, porque a gente termina, a gente não fica como a gente tá. Ele tá fazendo o 1º e o 2º, é uma vantagem, pra nós é porque estamos naquela idade bem mais avançada [...] não sei se você percebeu mas, a gente não tem todos os conteúdos, eles passam o conteúdo muito rápido [...]. A vantagem é que a gente termina logo por causa da idade, mas a nossa prejudicação é esse negócio aí que a gente não tem todo, a desvantagem. Além do cansaço, você tem que fazer um esforço porque eu saio 15 pras 06 de casa aí vou caminhando pro meu trabalho, eu saio às 17h, chego em casa as vezes às 18h, só é tirar blusa de cima e vestir a blusa de farda e vir pra escola, fazer de tudo pra vir né? Então a gente acaba desistindo, mas essa aí é minha vontade de terminar e ainda enfrentar uma faculdade, que eu já disse que eu vou e vou fazer (Aluno 01).

Esse programa ajudou sim, ajudou porque eu não sabia muito escrever, a escrever, a ler. A desvantagem o cansaço, porque a gente como mãe de família tem que ver os filhos em casa, o marido chega do trabalho, as vezes eu chego atrasada na aula é por isso, porque as vezes eu trabalho fora, o meu dia a dia é mais complicado (Aluno 02).

Este projeto me ajudou bastante, muitas coisas que eu não sabia eu estou aprendendo. A desvantagem é que eu não sabia mesmo e agora eu sei, não sabia conversar com minha gestora X, antes não entendia muito bem o que ela me passava e agora já consigo, e muitas outras coisas (Aluno 03).

Ele trouxe muitas vantagens, porque se não fosse esse programa eu não queria mais estudar, mas como surgiu essa oportunidade pra mim terminar rápido, então foi muito bom pra mim. E desvantagens não são nenhuma, porque eu gosto

de vim estudar e venho até nos dias de chuva, dá só eu, mas eu venho (Aluno 04).

Percebe-se que por mais que haja desvantagens como relatado pelos alunos, a vantagem é maior ainda na visão dos sujeitos, pois a implementação do Programa reacendeu a esperança acerca da educação desses estudantes, oportunizando o retorno de homens e mulheres que estavam fora de sala de aula há muito tempo por falta de oportunidade.

Na escola da zona rural em estudo, foi possível realizar poucas práticas de campo devido o motivo das cheias dos rios. O acesso à comunidade Porto Cordeirinho nesse período só é possível por pontes ou com canoas. Assim, decidiu-se ir até a comunidade no período do dia, pois à noite é muito perigoso, além de correr o risco de cair das pontes, que balançam muito, pode correr o risco de sofrer assaltos, por exemplo, muito comum nessa localidade. Assim, optou-se em fazer um levantamento dos alunos que frequentam as aulas em suas residências.

Tomamos conhecimento que à noite (devido às cheias) é consideravelmente perigoso se deslocar da cidade à comunidade na qual funciona o programa, por ter que dar uma longa caminhada entre pontes que não se encontram em bom estado, além de correr o risco de sofrer assaltos no trajeto.

Então, às 08h00min horas da manhã, do dia 06 nos dirigimos à comunidade, e assim a primeira residência de uma aluna, na qual a mesma não se encontrava, pois havia ido para a roça, diante disso refletimos sobre a rotina de mulheres ribeirinhas que passam o dia trabalhando e à noite vão para a escola estudar.

Além disso, vimos durante a pesquisa que a grande parte das mulheres integrantes das turmas do PEMPMT era em sua maioria mães de estudantes do ensino regular, que vivem na sede e na zona rural, trabalhando em casa e na roça, e tomaram a decisão de voltar aos estudos, já que em algum momento de suas vidas deixaram de estudar, e o PEMPMT era uma oportunidade para reingressarem à escola e concluírem o Ensino Médio.

Alguns estudiosos chamam a atenção para a centralidade conferida ao trabalho no que se

refere tanto à evasão dos educandos quanto ao retorno dos mesmos aos estudos. Mas é sabido que além do trabalho, outros motivos estão relacionados à evasão escolar como casamento, família, dificuldade de acesso à escola pela distância, devido ao fato de residirem no campo.

Atualmente, estas mulheres estão abrindo caminhos, conquistando novos espaços e realizando um movimento crescente da busca em uma maior escolarização e formação. Mesmo com seus corpos, vidas e identidades marcadas pelo trabalho desde a infância, e com essas experiências aprenderam sua condição de trabalhadoras, e tais formações de identidades e valores lhe acompanham por toda a vida e que as leva em busca da escola (ARROYO, 2017).

Seguindo o trajeto, fomos à casa do segundo aluno de 20 anos, etnia tikuna, natural de Belém do Solimões (Tabatinga), encontra-se há 02 anos morando na comunidade de Porto Cordeirinho, aposentado por apresentar deficiência física. Faz o 2º ano a partir do PEMPMT, numa turma composta por 30 alunos. Relatou que caminha cerca de 30 minutos para acessar a escola, dentro de sala de aula relatou sofrer bullying por seus colegas.

Na residência do mesmo, na qual moram 05 pessoas, um casal e 03 filhos, não há televisão, e ir para a escola, assistir as aulas através Programa Ensino Médio Presencial por Mediação Tecnológica (PEMPMT) é uma alegria e realização, na qual não dá nem sono, cansaço como muitos outros alunos relatam.

Ainda na mesma residência havia outra aluna que frequentava PEMPMT, porém desistiu porque na época seu companheiro não deixava frequentar as aulas, mas agora atualmente voltou a estudar só que no regular, pois relatou que no programa apresenta muita sonolência, não tinha um bom aproveitamento.

Trazer para dentro da sala a realidade não apenas dos alunos com deficiência, mas de todos, como forma de valorizar o cotidiano e assim perceberem que são produtores de cultura e conhecimentos, é um grande desafio, mas ao mesmo tempo é um possível caminho para um trabalho com vistas à inclusão e menos evasão.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) fundamenta o atendimento educacional às pessoas com deficiência, chamadas no texto de “excepcionais”. Segue trecho: “A Educação de excepcionais deve, no que for possível, enquadrar-se no sistema geral de Educação, a fim de integrá-los na comunidade”.

Esse aluno que apresenta necessidades especiais demonstra grande interesse em aprender, pois enfrenta muitas dificuldades para chegar à escola todos os dias. Ele caminha sozinho até a escola todos os dias. A iluminação pública na rua principal que dá acesso à escola encontra-se em estado precário, e o caminho estreito de sua moradia não tem nenhum tipo de iluminação, por isso o aluno procura sair cedo de casa com seu material escolar e uma lanterna que utiliza na volta para casa. Em seu depoimento, este cita que com uso de sua lanterna pode evitar ataques de animais peçonhentos, risco de assaltos, sendo que o mesmo já relatou ter sido assaltado uma vez, e teme sofrer outro novamente.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ter chegado à conclusão desta pesquisa foi gratificante, sobretudo, pela natureza do estudo realizado sobre o paradigma de educação elaborado para atender os estudantes do meio rural do Estado do Amazonas. Sendo que a Educação do Campo é a luta popular pela ampliação, acesso, permanência e direito à escola pública de qualidade pelas populações que residem e trabalham nesses espaços. Após muitas leituras e fichamentos de diferentes textos que tratam da educação do campo e ensino médio tecnológico e acesso e permanência pelos sujeitos do campo foi possível ter um embasamento teórico essencial para esta pesquisa.

A aproximação com os jovens e adultos do Programa Ensino Médios Presencial com Mediação Tecnológica-PEMPMT nos permitiu conhecer com mais profundidade os desafios enfrentados pelos mesmos. Através da incursão em duas escolas públicas, indígena e não indígena (uma localizada na sede da cidade e outra na área rural) do estado que ofertam a etapa do Programa de Ensino Médio Tecnológico (EMT) e de realização de

entrevistas com alunos das turmas do EMT e coordenador geral do programa no município de Benjamin Constant foi possível observar as condições de funcionamento do programa e por meio das entrevistas com alunos das turmas percebeu-se os desafios enfrentados para a continuidade desta etapa de ensino, principalmente na escola da zona rural. A entrevista mostrou ainda que os alunos desenvolvem estratégias para permanecer estudando nesta etapa e os desafios que enfrentam para isso.

Também foi possível entender o fazer do professor presencial e seus desafios. Sendo notável ver a fragilidade quanto à preparação dos gestores e professores da escola para trabalharem com o formato de ensino proposto, isto porque, além do tipo de ensino ofertado se mostrar incompatível com a realidade sociocultural e ambiental da comunidade, há pouco treinamento, tira dúvidas, preparação para atuar como conhecedor do processo. Praticamente esses profissionais realizam todas as atividades de acordo com o determinado, sem ter a oportunidade de compartilhar seus conhecimentos e experiências, então ficando com o desafio de transitar pelas diferentes áreas de conhecimento sem a devida formação, pois os professores presenciais possuem formação em qualquer graduação.

O estudo apontou também para o entendimento que o Projeto atendeu uma demanda reprimida de estudantes que já haviam concluído o Ensino Fundamental e que, por diversas razões, não puderam se deslocar de suas comunidades rurais para os centros urbanos para dar continuidade aos seus estudos, sendo assim um ponto muito positivo a implementação do referido programa.

REFERÊNCIAS

- AMAZONAS. Secretaria de Estado da Educação e Qualidade de Ensino. Centro de Mídias do Amazonas. **Proposta Pedagógica do Ensino Médio com Mediação Tecnológica**. 2015. Manaus. 2015.
- ARROYO, M. G. **Passageiros da noite: do trabalho para a EJA**: itinerários pelo direito a uma vida justa. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. LDBEN. Brasília, 1996.

_____. **Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas escolas do campo.** Resolução CNE/CEB n. 1. Brasília, 2002.

CALDART, R. S. **Por uma educação do campo:** traços de uma identidade em construção. In: Por uma Educação do Campo: Identidade e Políticas Públicas. Vol. 4. Brasília, 2002.

_____. Educação do Campo: notas para uma análise de percurso. In: MOLINA, M. C. (Org.). **Educação do Campo e Pesquisa II:** questões para reflexão. Brasília: MDA/MEC, 2010, p. 103-126.

FERREIRA, Jarliane da Silva. **E o rio, entra na escola?** Cotidiano de uma escola ribeirinha no município de Benjamin Constant/AM e os desafios da Formação de seus Professores. - Manaus: Universidade Federal do Amazonas, 2010.

_____. **A escola na floresta:** manifestações culturais e processos educativos em comunidades tradicionais do Alto Solimões/AM. Tese de Doutorado (Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia-PPGSCA). Universidade Federal do Amazonas- UFAM: Manaus, 2018.

HAGE, S. A. M. **Transgressão do paradigma da (multi) seriação como referência para a construção da escola pública do campo.** Educ. Soc., Campinas, v. 35, n. 129, out.-dez., 2014, p. 1.165-1.182.

INEP -Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo Escolar da Educação Básica 2013:** Resumo técnico. Brasília: O Instituto, 2014.

NASCIMENTO, J. T. **Ensino Médio Presencial com Mediação Tecnológica numa escola ribeirinha do Amazonas.** Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2017.